

Neoliberalismo e o movimento zapatista, entre o universal e o particular: mediações, comunicação e luta política

El neoliberalismo y el movimiento zapatista entre lo universal y lo particular: mediaciones, comunicación y lucha política

Neoliberalism and the Zapatista movement, among the universal and the particular: mediations, communication and political struggle

Bianca Rihan

Professora do Departamento de Processos Técnicos e Documentais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

Contato: bibirihan@gmail.com

José Raphael Sette

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR-IPPUR).

Contato: joseraphaelsette@gmail.com

Submetido em: 10.02.2022 - Aprovado em: 14.02.2022



Creative Commons



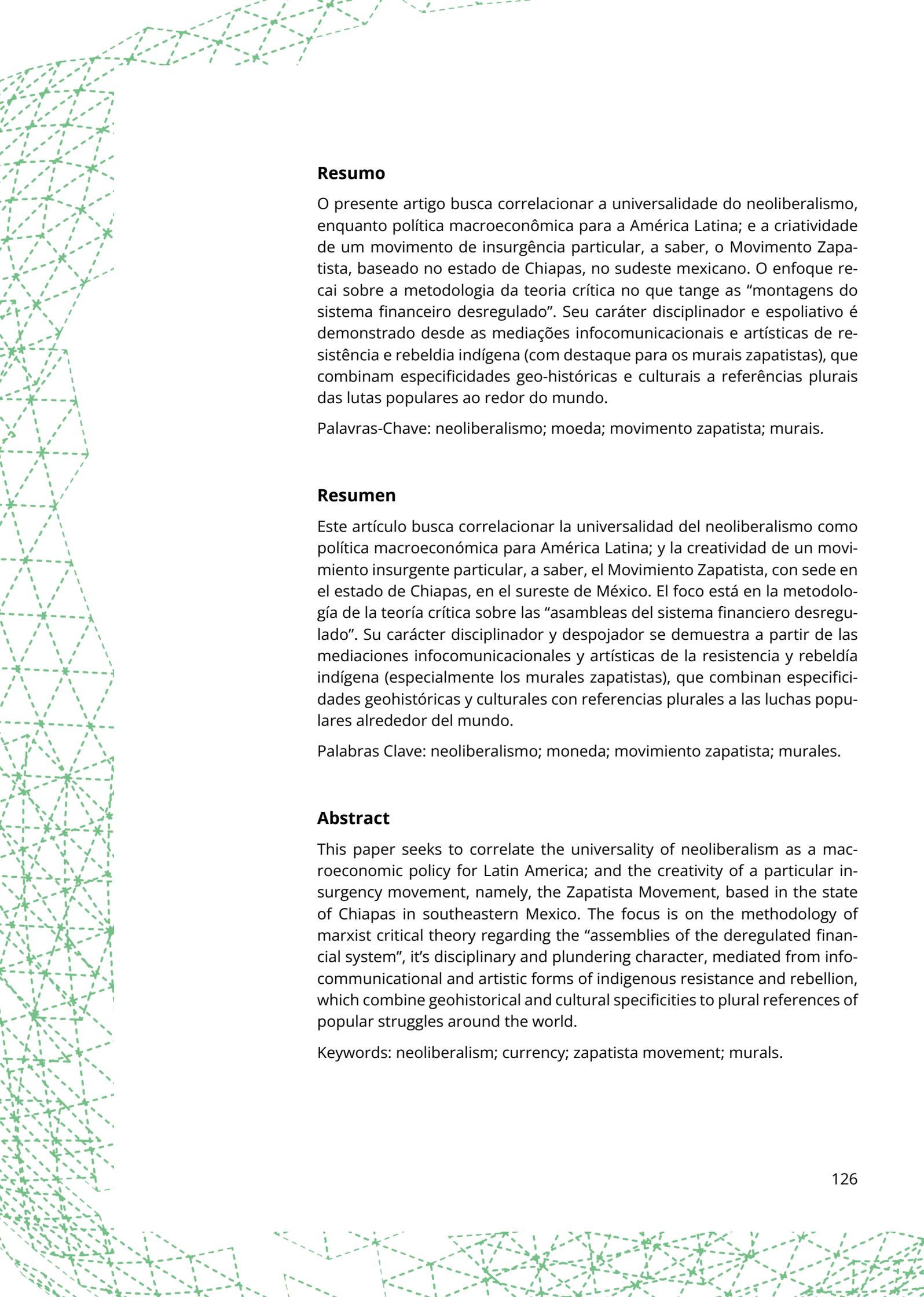
Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual



Resumo

O presente artigo busca correlacionar a universalidade do neoliberalismo, enquanto política macroeconômica para a América Latina; e a criatividade de um movimento de insurgência particular, a saber, o Movimento Zapatista, baseado no estado de Chiapas, no sudeste mexicano. O enfoque recai sobre a metodologia da teoria crítica no que tange as “montagens do sistema financeiro desregulado”. Seu caráter disciplinador e espoliativo é demonstrado desde as mediações infocomunicacionais e artísticas de resistência e rebeldia indígena (com destaque para os murais zapatistas), que combinam especificidades geo-históricas e culturais a referências plurais das lutas populares ao redor do mundo.

Palavras-Chave: neoliberalismo; moeda; movimento zapatista; murais.

Resumen

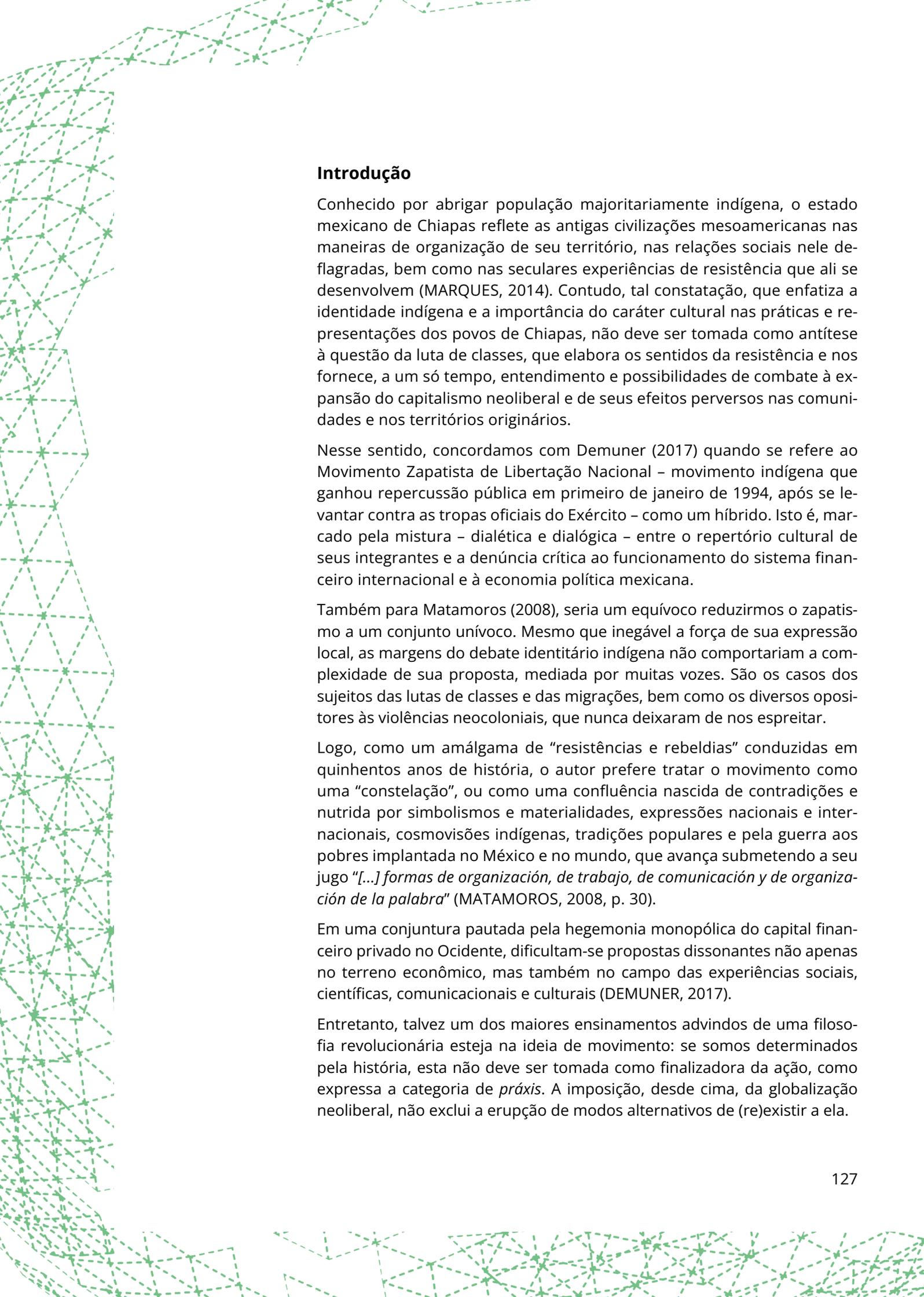
Este artículo busca correlacionar la universalidad del neoliberalismo como política macroeconómica para América Latina; y la creatividad de un movimiento insurgente particular, a saber, el Movimiento Zapatista, con sede en el estado de Chiapas, en el sureste de México. El foco está en la metodología de la teoría crítica sobre las “asambleas del sistema financiero desregulado”. Su carácter disciplinador y despojador se demuestra a partir de las mediaciones infocomunicacionales y artísticas de la resistencia y rebeldía indígena (especialmente los murales zapatistas), que combinan especificidades geohistóricas y culturales con referencias plurales a las luchas populares alrededor del mundo.

Palabras Clave: neoliberalismo; moneda; movimiento zapatista; murales.

Abstract

This paper seeks to correlate the universality of neoliberalism as a macroeconomic policy for Latin America; and the creativity of a particular insurgency movement, namely, the Zapatista Movement, based in the state of Chiapas in southeastern Mexico. The focus is on the methodology of marxist critical theory regarding the “assemblies of the deregulated financial system”, its disciplinary and plundering character, mediated from infocommunicational and artistic forms of indigenous resistance and rebellion, which combine geohistorical and cultural specificities to plural references of popular struggles around the world.

Keywords: neoliberalism; currency; zapatista movement; murals.



Introdução

Conhecido por abrigar população majoritariamente indígena, o estado mexicano de Chiapas reflete as antigas civilizações mesoamericanas nas maneiras de organização de seu território, nas relações sociais nele deflagradas, bem como nas seculares experiências de resistência que ali se desenvolvem (MARQUES, 2014). Contudo, tal constatação, que enfatiza a identidade indígena e a importância do caráter cultural nas práticas e representações dos povos de Chiapas, não deve ser tomada como antítese à questão da luta de classes, que elabora os sentidos da resistência e nos fornece, a um só tempo, entendimento e possibilidades de combate à expansão do capitalismo neoliberal e de seus efeitos perversos nas comunidades e nos territórios originários.

Nesse sentido, concordamos com Demuner (2017) quando se refere ao Movimento Zapatista de Libertação Nacional – movimento indígena que ganhou repercussão pública em primeiro de janeiro de 1994, após se levantar contra as tropas oficiais do Exército – como um híbrido. Isto é, marcado pela mistura – dialética e dialógica – entre o repertório cultural de seus integrantes e a denúncia crítica ao funcionamento do sistema financeiro internacional e à economia política mexicana.

Também para Matamoros (2008), seria um equívoco reduzirmos o zapatismo a um conjunto unívoco. Mesmo que inegável a força de sua expressão local, as margens do debate identitário indígena não comportariam a complexidade de sua proposta, mediada por muitas vozes. São os casos dos sujeitos das lutas de classes e das migrações, bem como os diversos opositores às violências neocoloniais, que nunca deixaram de nos espreitar.

Logo, como um amálgama de “resistências e rebeldias” conduzidas em quinhentos anos de história, o autor prefere tratar o movimento como uma “constelação”, ou como uma confluência nascida de contradições e nutrida por simbolismos e materialidades, expressões nacionais e internacionais, cosmovisões indígenas, tradições populares e pela guerra aos pobres implantada no México e no mundo, que avança submetendo a seu jugo “[...] formas de organización, de trabajo, de comunicación y de organización de la palabra” (MATAMOROS, 2008, p. 30).

Em uma conjuntura pautada pela hegemonia monopólica do capital financeiro privado no Ocidente, dificultam-se propostas dissonantes não apenas no terreno econômico, mas também no campo das experiências sociais, científicas, comunicacionais e culturais (DEMUNER, 2017).

Entretanto, talvez um dos maiores ensinamentos advindos de uma filosofia revolucionária esteja na ideia de movimento: se somos determinados pela história, esta não deve ser tomada como finalizadora da ação, como expressa a categoria de *práxis*. A imposição, desde cima, da globalização neoliberal, não exclui a erupção de modos alternativos de (re)existir a ela.



Além da organização propriamente política, os indígenas de Chiapas têm nos dado a conhecer um amplo espectro de ações para a aproximação de pessoas em diferentes geografias. A partir de imagens, palavras e formas estéticas, ultrapassam fronteiras escapando às lógicas e retóricas dominantes (HÍJAR, 2007, n.p.):

La relación lingüística-icónica, las formas retóricas y literarias, los recursos argumentativos textuales y visuales, el uso del tiempo y del espacio, el humor, la ironía, el realismo mágico, los recursos de ficción, el uso de la metáfora y otras herramientas poéticas, son sólo algunos de los elementos presentes en la discursividad zapatista.

Desse modo, o objetivo deste artigo passa por refletir sobre a *poiesis* da práxis zapatistas, compreendendo sua produção e circulação infocomunicacionais que retomam histórias ancestrais, mas ao mesmo tempo as renovam a partir do contato com experiências plurais.

Dentre todas as expressões comentadas por Hijár (2007), interessamo-nos especialmente pelos murais que demarcam, desde 1995, o “território rebelde”. A atenção pelos mesmos se deu, em especial, pelo fato da imagem-mural incorporar, na metáfora visual, o complexo dos elementos citados anteriormente. Isto é, o mural é a própria síntese dialética de múltiplas linguagens como formas de luta.

Porém, como já adiantamos, não se pode deixar de frisar as marcas da violência, da exploração e da marginalização que atravessam a potência criativa nas comunidades. Por esse motivo, não se trata aqui de descrevermos os fenômenos informacional e artístico ligados à resistência zapatista isoladamente, mas de balizá-los nas contradições nacionais e internacionais, submetidas a um sistema financeiro desregulado, que desencadearam o levante armado em 1994.

Consenso Neoliberal para a América Latina

Apesar da difícil tarefa de enfrentamento, as mediações que designam a realidade concreta, a atenção às contradições localizadas na história, desde Hegel de sua “suspeita à ousadia individualista” do Romantismo Alemão (FERREIRA, 2017), ajuda-nos a superar gradualmente: i) as teorias anistóricas dotadas de validade social, e; ii) suas soluções, postas a partir de imediatismos e simplismos retóricos, geralmente pautadas por recorte ideológico de classe.

Em “A Ideologia Alemã” (1845-1846), passando pelos “Grundrisse” (1859), até a publicação de “Para a Crítica da Economia Política” (1859), Marx e Engels também avançaram sobre o “espírito” de seu tempo retomando o conceito de “ideologia” – desde o “sentido crítico negativo”, enquanto “fal-



1 Fundo Monetário Internacional (1944); Banco Mundial (1945); Organização das Nações Unidas (1945) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (1959).

sa consciência”, até o conjunto de “representações do real” (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2008, 2011; MESZÁROS, 2004). No desenrolar da historicidade crítica, a centralidade recai sobre aquilo que engendra grande parte dos condicionantes sócio-históricos contemporâneos. A saber, a disciplina da “economia política” e seu caráter classista, o “modo de produção e circulação capitalista”, a jurisprudência privada da riqueza, a sua “reprodução ideal” e as suas transformações estruturais, dinâmicas, monopólicas e expansivas.

Sob essa tradição dialética, categorias críticas como “imperialismo” (LENIN, 2008), “dependência” (MARINI, 2000), “subdesenvolvimento” (FURTADO, 2009) e “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 2001) têm norteado o debate sobre a racionalidade econômica e as escalas da exploração e regulação (BRANDÃO, 2012). Dimensão que se complexifica no século XX com o avanço tecnológico, comunicacional e militar até a montagem do “sistema moderno interestatal” (FIORI, 2014).

Entre divergências e confluências, tais teorias investigaram a materialidade das dinâmicas de poder transnacionais desde o protagonismo da propriedade imobiliária e industrial-produtiva (dos impérios monárquicos e das colônias de exploração às independências), até a incorporação mobiliária financeirizada sobre os novos Estados-nacionais – sem perder de vista o *continuum* bélico entre a “*pax britânica*” e a “*pax americana*”.

Portanto, para compreender os idealismos de mercado e a processualidade da espoliação, demonstraram ser necessário recuperar a trajetória do “poder norte-americano” ao longo do século XX. Essa aproximação lança luz sobre determinações menos particularistas e “localistas” (BRANDÃO, 2012), expondo a importância da escala nacional e a virulência do contra-ataque “neo-liberal” sobre: o Estado de Bem-Estar Social, as organizações sindicais e acadêmicas, os socialistas e, também, sobre a trajetória do desenvolvimento latino-americano. Os acontecimentos do Pós-Guerra, no âmbito da diplomacia e da geopolítica sinalizaram o esforço unilateral dos EUA em recriar uma hegemonia militar e ideológica que subordinasse a autodeterminação dos povos – como os indígenas de Chiapas. É sob o devir do “destino manifesto” que a moeda representará relevância em nova etapa retórico-ideológica de destituição.

O quadro monetarista e fiscalista se agudiza já na década 1970, sob uma série de acontecimentos que levaram ao fim a espinha dorsal dos acordos políticos de Bretton Woods (1944). A etapa de retomada da ortodoxia econômica, mobilizada pelo governo norte-americano e as agências multilaterais (como FMI, BM, ONU e BID¹) condicionariam universalidades programáticas para recriar os sentidos de dependência financeira dos estados da América Latina. As transformações no âmbito macroeconômico e institucional rumaram à montagem do “sistema financeiro desregulado” (BRAGA; CINTRA, 2007, p. 254) que “acaba por reforçar o próprio poder financeiro da nação



2 “[...] a sociedade Mont Pèlerin [foi] uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada [...] Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 10).

americana expresso, em última análise, na atração exercida pelo dólar e na força de seus mercados de capitais e de crédito”.

Antecedentes do “Consenso”

Como bem observa Perry Anderson (1995), as reações às políticas econômicas keynesianas, socialdemocratas e socialistas tiveram início no momento em que se consolidaram na sucessão da crise de 1929 e, principalmente, no pós-II Guerra Mundial, em 1944. Anderson destaca os ataques “apaixonados” dos economistas, matemáticos e teóricos ligados à Sociedade Mont Pèlerin² que denunciavam a “servidão” social a partir dos modelos nacionais intervencionistas – consolidados nas três décadas seguintes, através do *Welfare State*, do Bloco Soviético (URSS) e dos Estados desenvolvimentistas latinos e asiáticos.

Durante o recorte keynesiano da socialdemocracia no Ocidente, entre 1950 e 1960, que usufruiu de taxas recordes de crescimento econômico e acesso via consumo (BM, 1993), a repercussão de figuras como M. Friedman, F. Hayek e L. Mises era menor. Porém, a racionalidade conservadora, revestida de “modernidade econômica”, argumentava insistentemente que o “igualitarismo”, perseguido no período, seria a ruína da liberdade dos cidadãos; bem como o protecionismo estatal abalaria as desigualdades sociais descritas como benéficas ao impulso competitivo (HAYEK, 1987).

Durante o governo Nixon (1969-1974), crises financeiras e embates bélicos de grande magnitude levariam ao fim a densidade regulatória interestatal anterior – diante da recessão, baixas taxas de crescimento se combinavam com inflação caseira. Em face da crise, Hayek, Friedman, Mises, entre outros, tornam-se dos mais destacados opositores ao poder dos sindicatos e do movimento operário, bem como à redução de desigualdades e à universalização dos direitos (MESZÁROS, 2004) – encontrando respaldo progressivo no empresariado estadunidense. Segundo seus preceitos neoliberais, o aumento real dos salários e dos gastos públicos sociais “perturbavam” o movimento natural da acumulação capitalista, ao ponto de defenderem uma taxa natural de desemprego.

No livro “O Poder Americano”, Serrano (2007) comenta a “importância estratégica da política de defesa do dólar” a partir da “prioridade explícita [de] impedir o surgimento de uma restrição externa efetiva à política macroeconômica americana”:

[...] com a ofensiva conservadora interna na virada dos anos 80, a prioridade mudou, passando a ser o controle da inflação e a resolução do conflito distributivo e de poder interno a favor das classes proprietárias. No



³ Em 1983, assumiu a embaixada do Brasil junto ao GATT em Genebra, tendo representado o Brasil na [...] Rodada Uruguai”, em 1986 (BATISTA, 1994, n.p.).

plano externo, por sua vez, partiu-se para um endurecimento ainda maior com os aliados num contexto geopolítico em que se tentava derrotar de vez a União Soviética. (SERRANO, 1995, p. 181).

Por decisão unilateral norte-americana, possibilitada pela capacidade de crédito ao mundo (proveniente das reservas metálicas, dos acordos do Pós-Guerra, do Plano Marshall e da solvência bancária), o Padrão Ouro-Dólar foi desregulado por Nixon, a fim da desvalorização (liberdade cambial, sem lastro conversível), em 1971. O cenário de incertezas geopolíticas ganhava traços neoliberais depois de duas décadas de taxas de câmbio fixas reajustáveis, do controle de capitais de curto prazo, de estabilidade do preço do petróleo e de uma posição “benigna” para a reconstrução do bloco capitalista europeu (SERRANO, 1995, p. 184).

A magnitude do gesto macroeconômico era adereçada contra: i) o poder de contestação das gerações crescidas sobre os anos de bem-estar – como no caso da “explosão salarial” dos anos 1968-1971 –; ii) o reposicionamento superavitário dos países do Oeste europeu e seu desejo de participação geopolítica efetiva; e iii) o poderio militar e o ideário solidário do bloco socialista (SERRANO, 1995, p. 184). Internamente aos EUA, o movimento restauraria ao empresariado as variadas condições de rentabilidade e reduziria o poder dialógico-contratual dos trabalhadores.

A flutuação do dólar, como aponta o diplomata brasileiro Paulo Nogueira Batista³ (1994), em “O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos” foi seguida de um aumento veloz nos preços das commodities e, conseqüentemente, nos produtos manufaturados – marcando o início da nova dinâmica de volatilidade dos preços. Combinava-se ao quadro geopolítico as contestações da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que demandavam maior participação nos royalties do petróleo, e a guerra árabe do Yon Kippur – que fez quadruplicar o preço do mineral, em 1973 (BM, 1993).

Como conclui Serrano (2007), apesar de uma aparente crise de preços para os EUA (encarecimento do óleo cru e desvalorização cambial), os efeitos eram severamente sentidos nos demais países industrializados e subdesenvolvidos, pois não possuíam a capacidade de emissão do dólar. Tal dimensão afeta as capacidades de protecionismos nacionais, ainda mais abaladas pelo segundo choque do petróleo, em 1979.

Com alta carga de financiamento privado por parte de bancos norte-americanos, desde 1970 – empréstimos de até 180% de seu capital (PORTELLA FILHO, 1994) –, um duro golpe para a América Latina viria com o choque de juros de Paul Volcker, então presidente do FED, também em 1979, recaindo nos contratos que sustentavam os recentes saltos desenvolvimentistas. Como sustenta Batista (1994), Brasil e México haviam apostado na liquidez



internacional do mercado privado de capitais, reforçada pelos petrodólares, *euromoney* e *eurobonds*. Tais contratos, com juros flutuantes, estavam assentados na crença anterior da estabilidade da moeda norte-americana, da taxa de juros estável e do baixo custo do mineral. Cenário desfeito pelo desejo classista e geopolítico dos norte-americanos em controlar a sua inflação, evitar a insolvência bancária e, como golpe final, legitimar o dólar como metria de “valor” das trocas mundiais (TAVARES, 1999).

De acordo com Batista (1994, p. 16), durante a crise dos anos 1980 os países latinos se veriam impossibilitados de “honrar os serviços de suas dívidas externas”, o que ameaçava a soberania dos bancos americanos. Em posse do poderio militar e diplomático, os EUA comprometeram em até 80% as receitas de exportação de países latinos para que estes cumprissem os acordos de suas dívidas em dólar (BATISTA, 1994, p. 16). É sob tal signo macroeconômico que a austeridade financeira e fiscal ganha novo escopo ortodoxo, apoiando-se no ideário neoliberal dos Mont Pèlerin, como em Milton Friedman – consultor da política econômica pinochetista, via *Chicago Boys*, já nos anos 1970.

As agências multilaterais supervisionariam o ajuste estrutural recessivo, indicando a “contração das importações”, a “diminuição da demanda”, a “flexibilização dos contratos de emprego” e a “reprimarização” para cumprirem o pagamento dos juros (BATISTA, 1994; PEREIRA, 2009). De maneira mais enfática, concomitante ao fim das ditaduras latinas, estabeleceu-se uma nova ordem mundial de agiotagem financeira, que expunha a ofensiva da capitalização sobre os meios de financiamento dos projetos de soberania nacional – sem deixar de pôr em marcha uma nova dinâmica especulativa pelo uso dos fundos públicos e das evasões fiscais (*offshore*).

Diante do alinhamento diplomático, as burguesias latinas exerciam pressão caseira sobre os tributos nacionais e as despesas sociais. A relação cambial, com o dólar flutuante e a alta do petróleo, minava os recursos necessários para as políticas domésticas distributivas, uma vez que as classes dirigentes não eram tributadas progressivamente ou reorientadas produtivamente. As contas públicas, supervisionadas pelo FMI eram direcionadas às transferências de valor interestatal direto (fiduciário), ao invés da diversificação da produção industrial. A dialética entre industrialização e investimentos sociais, educacionais, infraestruturais e habitacionais era corroída pela dinâmica recessiva, fiscalista e superavitária necessária ao fechamento do balanço de pagamentos. O ônus, por sua vez, era transmitido à força de trabalho subdesenvolvida via tributos indiretos (como, por exemplo, sobre os alimentos, os serviços e os transportes), pela redução do salário real e pelo aumento do desemprego a uma taxa “confortável” de barganha para o empresariado nacional-associado.

Os planos de renegociação das dívidas latinas se estendem até hoje, mas, para a década, o Plano Baker (1985) e o Plano Brady (1989) receberam des-

4 Ver documentos do IIE que sintetizavam as diretrizes neoliberais para a América Latina, como: *Towards Economic Growth in Latin America* e *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* (BATISTA, 1994)

taque por terem condicionado os países à adoção unilateral da abertura comercial – privilegiando a economia norte-americana, que logo melhorava significativamente o seu saldo comercial (BATISTA, 1994).

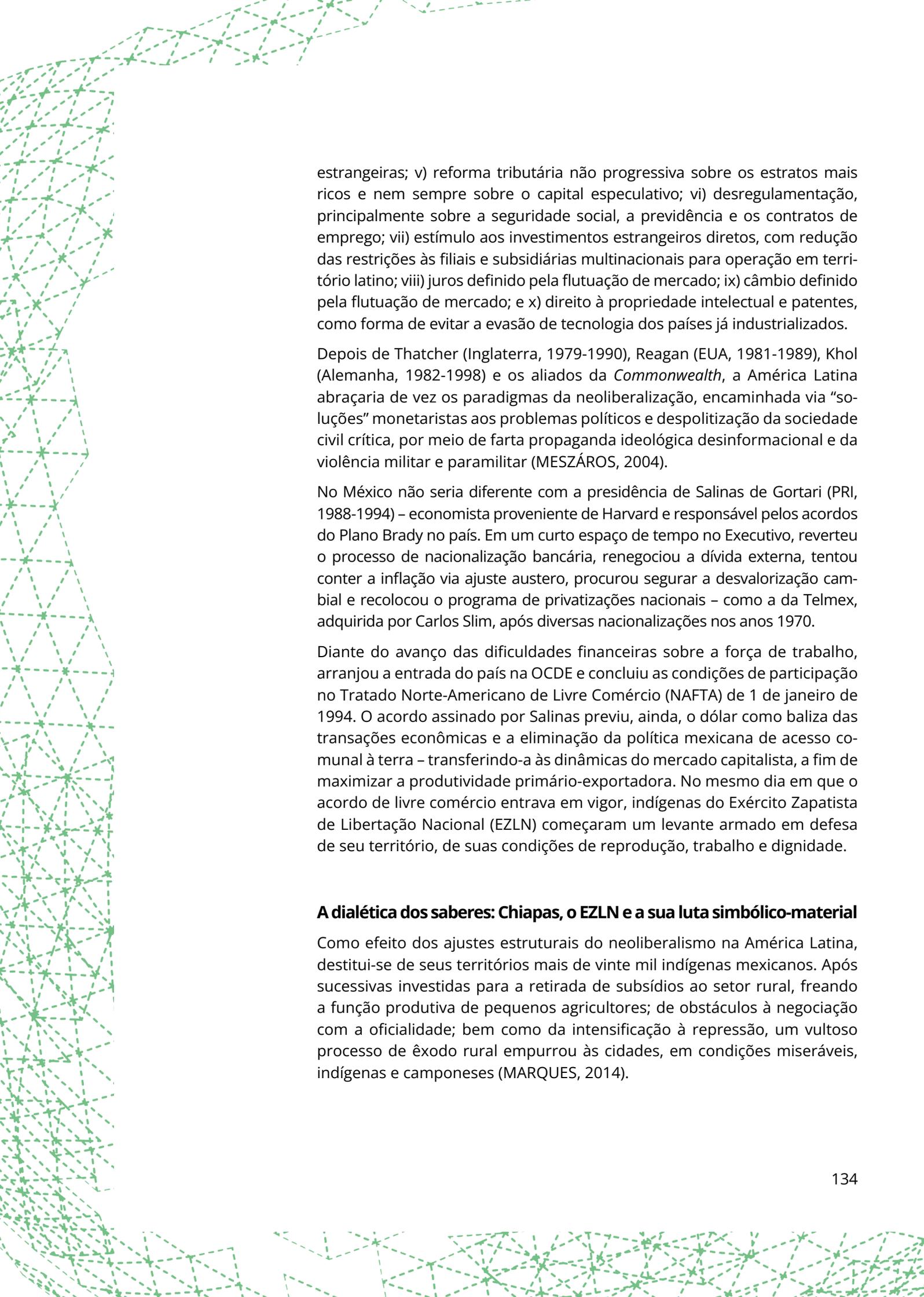
Imposição neoliberal: América Latina, México e EZLN

Segundo Portella Filho (1994, p. 67-70), o México foi o primeiro a “reescalonar” os compromissos de suas divisas, em setembro de 1989. Uma das vantagens legados aos bancos se deu pelo credenciamento dos mesmos a um programa de conversão da dívida ligada às privatizações de estatais mexicanas – ocorridos em 1990. Acordos desse tipo se seguiram na Costa Rica (1990), na Venezuela (1990), no Uruguai (1990), na Argentina (1992) e no Brasil (1994). Como sintetiza Portella Filho (1994, p. 84), diante de dívidas nacionais securitizadas por bancos privados “o que se percebe [à época] é que os credores conseguiram tomar a bandeira da redução da dívida externa da mão dos devedores e adaptá-la a suas conveniências” (PORTELLA FILHO, 1994, p. 84).

Sob essa quadra histórica liberalizante, de ingerência do poder financeiro especulativo, é que toma corpo uma série de encontros convocados em 1989, pelo *Institute for International Economics* (IIE), como destaca o diplomata brasileiro (PORTELLA FILHO, 1994, p. 84). Funcionários das agências multilaterais e organismos financeiros internacionais com amplo poder de decisão – em sua maioria anglo-saxões –, avaliavam, para a última década do milênio, as reformas econômicas em curso nos países latinos⁴. Diante de diretrizes claras para o bloco continental, o economista John Williamson cunharia a expressão “Consenso de Washington” que, como indica Fiori (1992, p. 103), constituiu-se “no núcleo central da política econômica externa do governo norte-americano” e na “condicionalidade explícita do FMI e do BM para a renegociação das dívidas externas e para a readmissão no sistema financeiro internacional”.

Já em 1994, Nogueira Batista (1994, p. 5-6) afirmava que o encontro, ainda que com pouco caráter deliberativo, “propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas” e “acabaria por se revestir de significação simbólica maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais”.

Depois de diversos prêmios Nobel para economistas ortodoxos e cientistas conservadores desde a década de 1970 (HAYEK, 1974; FRIEDMAN, 1976), o ideário neoliberal ganhava escopo efetivo. Pautados em dez grandes áreas paradigmáticas, apontavam para: i) abertura comercial, com diluição do protecionismo alfandegário; ii) privatização de estatais, minando as capacidades estratégicas nacionais; iii) reorientação e redução dos gastos públicos, em direção ao *superávit* primário com forte redução do gasto social; iv) disciplina fiscal, com controle rígido da inflação e compromisso com dívidas



estrangeiras; v) reforma tributária não progressiva sobre os estratos mais ricos e nem sempre sobre o capital especulativo; vi) desregulamentação, principalmente sobre a seguridade social, a previdência e os contratos de emprego; vii) estímulo aos investimentos estrangeiros diretos, com redução das restrições às filiais e subsidiárias multinacionais para operação em território latino; viii) juros definido pela flutuação de mercado; ix) câmbio definido pela flutuação de mercado; e x) direito à propriedade intelectual e patentes, como forma de evitar a evasão de tecnologia dos países já industrializados.

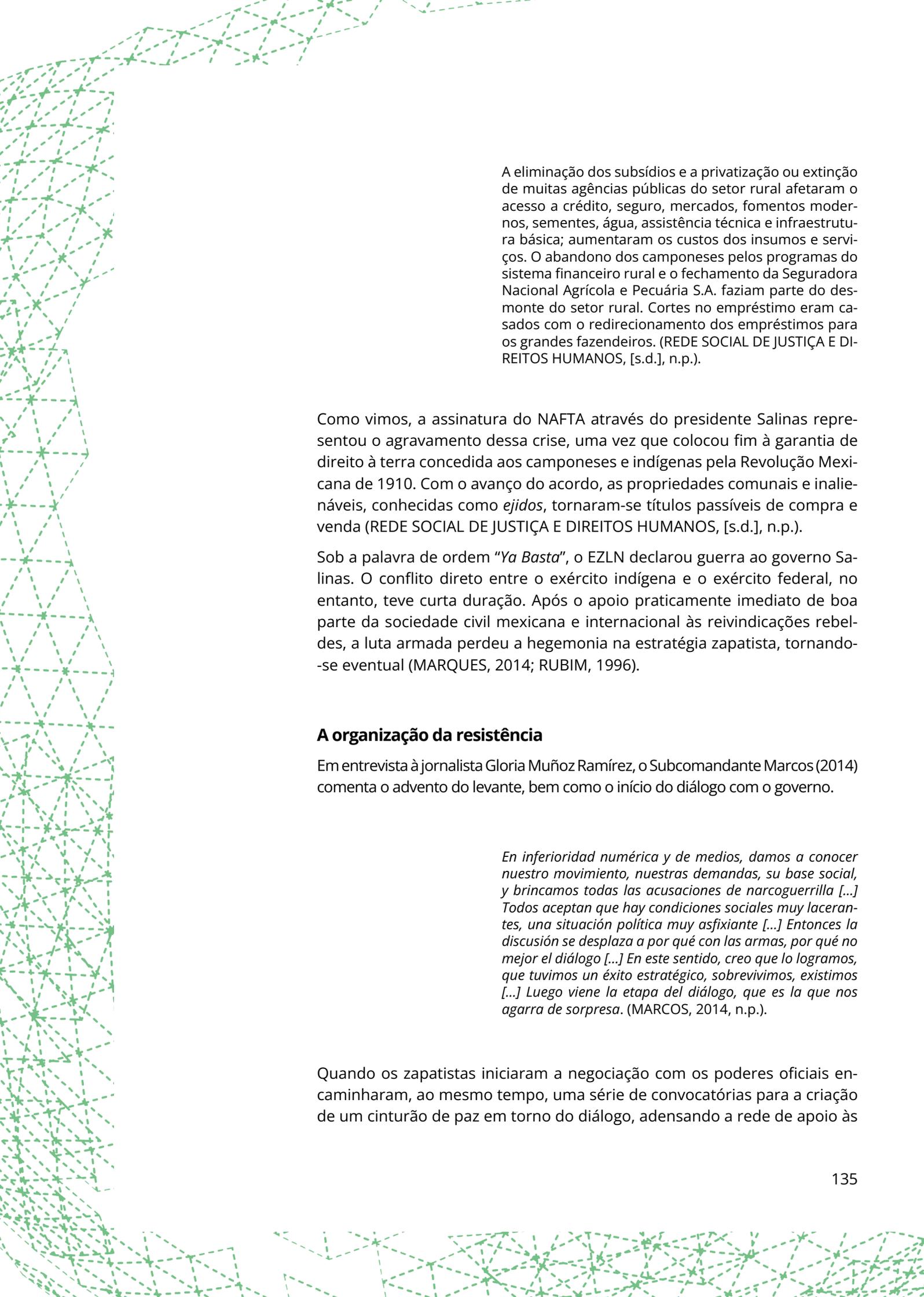
Depois de Thatcher (Inglaterra, 1979-1990), Reagan (EUA, 1981-1989), Kohl (Alemanha, 1982-1998) e os aliados da *Commonwealth*, a América Latina abraçaria de vez os paradigmas da neoliberalização, encaminhada via “soluções” monetaristas aos problemas políticos e despolitização da sociedade civil crítica, por meio de farta propaganda ideológica desinformacional e da violência militar e paramilitar (MESZÁROS, 2004).

No México não seria diferente com a presidência de Salinas de Gortari (PRI, 1988-1994) – economista proveniente de Harvard e responsável pelos acordos do Plano Brady no país. Em um curto espaço de tempo no Executivo, reverteu o processo de nacionalização bancária, renegociou a dívida externa, tentou conter a inflação via ajuste austero, procurou segurar a desvalorização cambial e recolocou o programa de privatizações nacionais – como a da Telmex, adquirida por Carlos Slim, após diversas nacionalizações nos anos 1970.

Diante do avanço das dificuldades financeiras sobre a força de trabalho, arranjou a entrada do país na OCDE e concluiu as condições de participação no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) de 1 de janeiro de 1994. O acordo assinado por Salinas previu, ainda, o dólar como baliza das transações econômicas e a eliminação da política mexicana de acesso comunal à terra – transferindo-a às dinâmicas do mercado capitalista, a fim de maximizar a produtividade primário-exportadora. No mesmo dia em que o acordo de livre comércio entrava em vigor, indígenas do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) começaram um levante armado em defesa de seu território, de suas condições de reprodução, trabalho e dignidade.

A dialética dos saberes: Chiapas, o EZLN e a sua luta simbólico-material

Como efeito dos ajustes estruturais do neoliberalismo na América Latina, destituiu-se de seus territórios mais de vinte mil indígenas mexicanos. Após sucessivas investidas para a retirada de subsídios ao setor rural, freando a função produtiva de pequenos agricultores; de obstáculos à negociação com a oficialidade; bem como da intensificação à repressão, um vultoso processo de êxodo rural empurrou às cidades, em condições miseráveis, indígenas e camponeses (MARQUES, 2014).



A eliminação dos subsídios e a privatização ou extinção de muitas agências públicas do setor rural afetaram o acesso a crédito, seguro, mercados, fomentos modernos, sementes, água, assistência técnica e infraestrutura básica; aumentaram os custos dos insumos e serviços. O abandono dos camponeses pelos programas do sistema financeiro rural e o fechamento da Seguradora Nacional Agrícola e Pecuária S.A. faziam parte do desmonte do setor rural. Cortes no empréstimo eram casados com o redirecionamento dos empréstimos para os grandes fazendeiros. (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, [s.d.], n.p.).

Como vimos, a assinatura do NAFTA através do presidente Salinas representou o agravamento dessa crise, uma vez que colocou fim à garantia de direito à terra concedida aos camponeses e indígenas pela Revolução Mexicana de 1910. Com o avanço do acordo, as propriedades comunais e inalienáveis, conhecidas como *ejidos*, tornaram-se títulos passíveis de compra e venda (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, [s.d.], n.p.).

Sob a palavra de ordem “*Ya Basta*”, o EZLN declarou guerra ao governo Salinas. O conflito direto entre o exército indígena e o exército federal, no entanto, teve curta duração. Após o apoio praticamente imediato de boa parte da sociedade civil mexicana e internacional às reivindicações rebeldes, a luta armada perdeu a hegemonia na estratégia zapatista, tornando-se eventual (MARQUES, 2014; RUBIM, 1996).

A organização da resistência

Em entrevista à jornalista Gloria Muñoz Ramírez, o Subcomandante Marcos (2014) comenta o advento do levante, bem como o início do diálogo com o governo.

En inferioridad numérica y de medios, damos a conocer nuestro movimiento, nuestras demandas, su base social, y brincamos todas las acusaciones de narcoguerrilla [...] Todos aceptan que hay condiciones sociales muy lacerantes, una situación política muy asfixiante [...] Entonces la discusión se desplaza a por qué con las armas, por qué no mejor el diálogo [...] En este sentido, creo que lo logramos, que tuvimos un éxito estratégico, sobrevivimos, existimos [...] Luego viene la etapa del diálogo, que es la que nos agarra de sorpresa. (MARCOS, 2014, n.p.).

Quando os zapatistas iniciaram a negociação com os poderes oficiais encaminharam, ao mesmo tempo, uma série de convocatórias para a criação de um cinturão de paz em torno do diálogo, adensando a rede de apoio às



5 Os Caracóis são as regiões organizativas do território Zapatista, que funciona “por cima” do Estado oficial mexicano. Ficaram conhecidos por sediarem encontros com a sociedade civil.

comunidades (REYNOSO; SÁNCHEZ, 2015). Além de atividades presenciais para discussões e deliberações, as mídias digitais tiveram papel decisivo.

Ao invés de negarem o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) que, sob o manto da globalização, tornaram-se instrumentos eficazes para a desterritorialização de riquezas e a exploração de trabalhadores em escala intercontinental, os zapatistas tornam-nas aliadas.

Os comunicados disparados desde a Selva Lacandona usufruíram das redes para driblar o silenciamento da mídia hegemônica, tornando-se mais uma das arenas de combate aos poderes oficiais. Ao mesmo tempo, ajudaram a costurar laços orgânicos com a opinião pública, com outros movimentos sociais progressistas e com toda a sorte de simpatizantes, tanto local como globalmente. Foi o caso de Justin Paulson, na época estudante do *Swarthmore College*, na Pensilvânia, Estados Unidos, criador do site *Ya Basta!*. Através de um uso social da tecnologia, a página se converteu em uma das primeiras redes de solidariedade ao movimento de Chiapas (ROVIRA, 2005).

Para Bastida (2015), muitos jornalistas que acompanharam o início dos conflitos também tiveram papel imprescindível na mediação entre os rebeldes e a população. *Los diálogos de la catedral*, convocados a partir de fevereiro de 1994, foram uma iniciativa importante nesse quesito. Em frente à Catedral de San Cristóbal de las Casas, os zapatistas encontravam a população em geral, mas também convocavam periódicos e canais internacionais, como *The Whashington Post*, *Los Angeles Times*, *Le Monde*, etc., para atualizações sobre o embate (BASTIDA, 2015).

Ademais, consultas nacionais e internacionais sobre o destino do zapatismo, a realização de festivais, caravanas, encontros virtuais e presenciais com coletivos de todas as partes do mundo, bem como produções artísticas, canções, imagens, contos, etc. possibilitaram o que Bastida (2015) considera, nessa experiência particular, mais importante do que vitórias militares: trata-se de um triunfo simbólico, que permitiu ao movimento manter consigo a opinião pública e a vigilância permanente contra ataques militares e paramilitares.

Os muros dialógicos de Oventic

Como observamos, nas práticas zapatistas uma série de elementos tecidos nas fronteiras entre informação, comunicação e arte se reúnem no cotidiano comunitário. A partir dos mesmos, identificamos tentativas de enfrentamento à rotina de violência e pobreza submetida aos indígenas em suas trajetórias.

Nesse sentido, esta seção se dedicará a apresentar uma pequena parte do trabalho de campo por nós realizado nos Caracóis⁵ Zapatistas de Oventic e de Morelia, nos anos de 2015/2016 e 2018, e que nos permitiu entrar em contato com uma parcela de sua tradição simbólica. Trata-se de um passeio pelos mu-

Figura 1 - Murais Zapatistas

Fonte: Murais Zapatistas. Caracóis de Oventic e Moré-
lia, Chiapas, México. Fotos
autorais para o Corpus da
pesquisa.



Em Oventic, casas simples de madeira se diferenciam das casas vizinhas tanto pelo impacto estético, como pelas dimensões informacional e política anunciadas em suas fachadas. A seguir, dispomos fotografias de alguns dos murais que as colorem.

Figura 2 - Murais

Fonte: Murais Zapatistas. Caracóis de Oventic e Moré-
lia, Chiapas, México. Fotos
autorais para o Corpus da
pesquisa.



Logo na entrada do Caracol de Oventic nos deparamos com a fachada acima, constituída por duas mulheres envoltas por um arco-íris multicolorido e amparadas no planeta terra. Ao lado direito, a imagem de uma mulher de mirada atenta e um livro aberto nas mãos.

Em uma porta adiante, os continentes estão representados nas cinco pontas de uma estrela vermelha.

Figura 3 - Portas

Fonte: Murais Zapatistas. Caracóis de Oventic e Moré-
lia, Chiapas, México. Fotos
autorais para o Corpus da
pesquisa.



A próxima casa é ilustrada com um dragão e uma atenta mirada que se mantém viva em meio ao fogo. Ao lado, uma mulher zapatista combate um dragão de várias cabeças.

Figura 4 - Murais

Fonte: Murais Zapatistas. Caracóis de Oventic e Moré-
lia, Chiapas, México. Fotos
autorais para o Corpus da
pesquisa.



Avançando, observamos uma grande imagem na *Oficina del Consejo Autono-
mo* em que também se destacam os olhos de uma mulher zapatista; já o
pasamontaña cobrindo seu rosto é constituído de espigas de milho.

Figura 5 - Murais

Fonte: Murais Zapatistas. Caracóis de Oventic e Moré-
lia, Chiapas, México. Fotos
autorais para o Corpus da
pesquisa.



Figura 6 - Murais

Fonte: Murais Zapatistas. Caracóis de Oventic e Moré-
lia, Chiapas, México. Fotos
autorais para o Corpus da
pesquisa.

6 Os *paliacates*, panos ver-
melhos com pequenos de-
senhos; bem como os *pa-
samontañas*, toucas pretas
de esqui cobrindo o rosto,
estão entre os elementos
mais característicos dos za-
patistas. O hábito de usá-los
começou durante o levan-
te de 1994, com o intuito de
proteger os comandantes
do EZLN. Com o tempo, os
acessórios foram ressignifi-
cados até se tornarem sím-
bolos centrais de uma iden-
tidade coletiva zapatista,
como expressa a palavra de
ordem do movimento: "*To-
dos somos nosotros*"

7 Idem.

O próximo mural está localizado na parte da frente da clínica comunitá-
ria *La Guadalupeana*.



Ele repete referências de outros murais que, à primeira vista, fazem pouco
sentido isoladamente. Na parte de cima, à esquerda, um dragão está cus-
pindo fogo. Em seguida há figuras de caracóis, além de vários zapatistas
vestindo seus *pasamontañas*⁶ coloridos. Adiante estão camponeses portando
sombrieros e espingardas; e, por fim, observamos a Virgem de Guadalupe
com um *paliacate*⁷ *zapatista* sobre o rosto e uma estrela vermelha nas mãos.

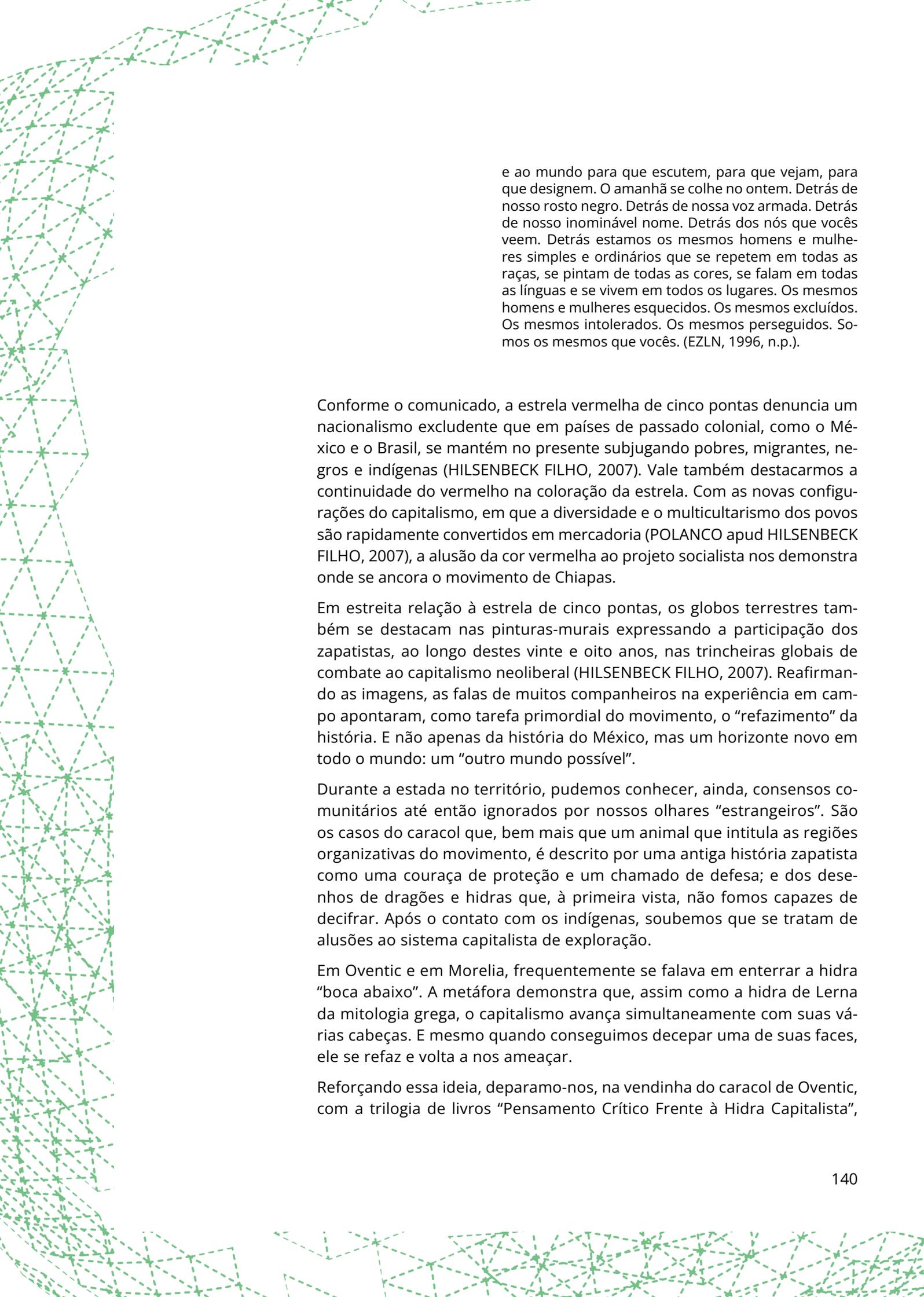
Antes de iniciarmos a análise sobre os murais, vale destacarmos que a signi-
ficação dos mesmos não se apresenta como um reflexo instantâneo. Como
expressão prático-sensível, mobilizada por uma constelação de embates e
encontros, seu entendimento se ilumina via mediação entre as comunida-
des e o todo social.

Confrontando os conteúdos alegóricos dos murais e os relatos orais circu-
lantes nos caracóis, possíveis de serem registrado durante o trabalho de
campo, concebemos os primeiros como narrativas em cores que transmi-
tem histórias conhecidas pelas comunidades, histórias familiares que res-
gam tradições étnicas, as que foram apropriadas com as vivências es-
trangeiras, aquelas herdeiras do imaginário da esquerda latino-americana
(SANTIAGO, 2002), mas, sobretudo as histórias produzidas a partir da mis-
tura dialética entre todos esses elementos.

Sobre as figuras destacadas até aqui, começamos pela reflexão sobre a es-
trela vermelha, que costuma ser atribuída ao socialismo e ao comunismo,
tendo se tornado um dos símbolos mais destacados da Revolução Russa.

Na convocatória do "Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade
e contra o Neoliberalismo", os zapatistas, por sua vez, celebram a estrela
como símbolo da luta popular em diferentes geografias:

Já com a voz armando nossas mãos, com o rosto nasci-
do outra vez, com o nome mencionado, o ontem nosso
somou o centro às quatro pontas de Chan Santa Cruz
em Balam Ná e nasceu a estrela que define ao homem
e que lembra que cinco são as partes que fazem o
mundo. [...] A estrela vermelha que chama ao homem



e ao mundo para que escutem, para que vejam, para que designem. O amanhã se colhe no ontem. Detrás de nosso rosto negro. Detrás de nossa voz armada. Detrás de nosso inominável nome. Detrás dos nós que vocês veem. Detrás estamos os mesmos homens e mulheres simples e ordinários que se repetem em todas as raças, se pintam de todas as cores, se falam em todas as línguas e se vivem em todos os lugares. Os mesmos homens e mulheres esquecidos. Os mesmos excluídos. Os mesmos intolerados. Os mesmos perseguidos. Somos os mesmos que vocês. (EZLN, 1996, n.p.).

Conforme o comunicado, a estrela vermelha de cinco pontas denuncia um nacionalismo excludente que em países de passado colonial, como o México e o Brasil, se mantém no presente subjugando pobres, migrantes, negros e indígenas (HILSENBECK FILHO, 2007). Vale também destacarmos a continuidade do vermelho na coloração da estrela. Com as novas configurações do capitalismo, em que a diversidade e o multiculturalismo dos povos são rapidamente convertidos em mercadoria (POLANCO apud HILSENBECK FILHO, 2007), a alusão da cor vermelha ao projeto socialista nos demonstra onde se ancora o movimento de Chiapas.

Em estreita relação à estrela de cinco pontas, os globos terrestres também se destacam nas pinturas-murais expressando a participação dos zapatistas, ao longo destes vinte e oito anos, nas trincheiras globais de combate ao capitalismo neoliberal (HILSENBECK FILHO, 2007). Reafirmando as imagens, as falas de muitos companheiros na experiência em campo apontaram, como tarefa primordial do movimento, o “refazimento” da história. E não apenas da história do México, mas um horizonte novo em todo o mundo: um “outro mundo possível”.

Durante a estada no território, pudemos conhecer, ainda, consensos comunitários até então ignorados por nossos olhares “estrangeiros”. São os casos do caracol que, bem mais que um animal que intitula as regiões organizativas do movimento, é descrito por uma antiga história zapatista como uma couraça de proteção e um chamado de defesa; e dos desenhos de dragões e hidras que, à primeira vista, não fomos capazes de decifrar. Após o contato com os indígenas, soubemos que se tratam de alusões ao sistema capitalista de exploração.

Em Oventic e em Morelia, frequentemente se falava em enterrar a hidra “boca abaixo”. A metáfora demonstra que, assim como a hidra de Lerna da mitologia grega, o capitalismo avança simultaneamente com suas várias cabeças. E mesmo quando conseguimos decepar uma de suas faces, ele se refaz e volta a nos ameaçar.

Reforçando essa ideia, deparamo-nos, na vendinha do caracol de Oventic, com a trilogia de livros “Pensamento Crítico Frente à Hidra Capitalista”,



que resultou de um encontro organizado pelos zapatistas em maio de 2015. Na introdução da convocatória ao evento - intitulada *Etcetera* - o subcomandante Galeano sugere, em forma de “chiste”, a posição privilegiada das montanhas do sudeste mexicano. Segundo o “sub”, do moderno “laboratório zapatista”, de onde se controla a maravilha tecnológica indígena: o subtelescópio (ou olho: marca registrada), é possível capturar a imagem do sistema mundo em suas raízes, bem como observar a hidra se renovando, sedenta por destruição:

Abandonemos por un momento lo que eso implica y aprovechemos que el telescopio compa ha caído en la provocación que le enviamos con el real objetivo de poder usar su mirada analítica, la fotografía del mundo que su pensamiento ha tomado. O sea que se confirma que es una crisis como nunca antes, pero eso de que es la terminal, pues le desconfiamos nosotras, nosotros, zapatistas, porque ya hemos escuchado eso antes: que ya va a morir ya el pinche sistema, y resulta que no, que la hidra se rehace y aparece con otro rostro y más sedienta de sangre y destrucción. (EZLN, 2015, n.p.)

Sublinhado o fato de a hidra possuir várias cabeças, Galeano nos relembra a necessidade da cautela para não considerarmos a vitória antes do tempo. Da mesma maneira, reforça a importância da atuação dos zapatistas como vigias em acampamentos militares: sempre em alerta máximo a quaisquer sinais que possam indicar ameaças ou adversidades.

A ressalva nos elucidava sobre outro símbolo muito presente nos murais e que, geralmente, aparece junto à hidra. Trata-se da mirada zapatista que, a partir do trecho, seria a arma para identificá-la e, logo, combatê-la. Vale destacarmos a figura 4 que é composta apenas de um par de olhos e um dragão que o envolve.

Como alerta Galeano no mesmo comunicado, temos de nos preocupar, contudo, com a “síndrome do vigia” (ou síndrome da vista cansada), que acomete as pessoas que estão no posto de observação por muito tempo, dificultando a percepção de detalhes. Por esse motivo, a estratégia para a derrota da hidra necessita reunir muitos e distintos observadores/ “pensadores-críticos”, vigias do mundo inteiro capazes de expor suas diferentes visões sobre as ameaças precipitadas no horizonte e as várias formas de lutar contra elas.

Sobre a imagem a nos causar mais impacto/estranhamento, em um primeiro momento, trata-se da *Virgen Guadalupeana*, símbolo católico ligado à colonização dos povos indígenas, mas que aparece, em território rebelde, vestindo um *paliacate* zapatista e segurando uma estrela vermelha.



Como já nos ensinava Mariátegui, a religião, neste caso, deslinda um significado menos atrelado aos dogmas da igreja católica e mais próximo a uma disposição ético-política de encantamento do mundo (LOWY, 2005). Recuperando a missão revolucionária vezes atravessada por um historicismo e/ou um economicismo vulgares, o peruano foi simpático à vertente religiosa do materialismo socialista e se valeu dela para analisar, no caso de seu país, a complexidade entre a religião oficial do Estado Inca, vinculada ao poder institucional andino, e a religiosidade popular dos antigos peruanos, de “tonalidade animista” e “raízes culturais profundas”, e que servem de inspiração para movimentos populares até a atualidade (LOWY, 2005, p. 110), como é o caso do movimento zapatista.

Também inspirados por Gramsci (1987), quando este enfatiza a circularidade cultural entre forças hegemônicas e subalternas, podemos dizer que as virgens passadas à parede em território rebelde marcam um pensamento de fresta, logrando a proliferação de temporalidades e histórias mediadas, ainda que marcadas pela subjugação. Isto é, mesmo que operando a partir de uma referência epistemológica dominante, os indígenas rearranjam sua estrutura significativa para uma nova apropriação.

Reavaliando a sensação de anacronismo do primeiro contato e atualizando a combinação de imagens em um mosaico plasmado em seu contexto atual, a *Guadalupana* zapatista nos revela, assim, a própria dialética histórica no sudeste chiapaneco. As influências do catolicismo nas comunidades e as bases socialistas do levante de 1994 se mesclam ao *paliacate* zapatista e à religiosidade Maia estabelecendo uma nova relação não presente nos elementos isolados: nunca foi tão plausível uma virgem-indígena-socialista.

Da mesma maneira, *Hombres y mujeres de maíz* emanariam imagens surreais se fosse o milho, para os indígenas, um simples alimento. Seu caráter, porém, tem origem “sagrada”. Em antigas histórias pré-colombianas, especialmente a história de *Popol Vuh*, os mesoamericanos são descritos como pessoas feitas de milho, combinando um elemento central da subsistência indígena às suas cosmovisões, como podemos observar na figura 5. No final do século XX, no esteio da assinatura do NAFTA e das crescentes ameaças dos transgênicos na região, a referência ao milho passou a designar também um instrumento de defesa aos avanços predatórios do neoliberalismo contra a regulamentação agrária (EIQUEIQ, 2019).

Enquanto isso, os murais em território rebelde documentam poeticamente o papel central do milho na história, na alimentação e na cosmogonia dos povos indígenas de Chiapas. Atrelando-o também às lutas recentes contra as políticas econômicas espoliativas que ameaçam essa base tão importante de sua cultura (EIQUEIQ, 2019).

Em imagens talhadas, identificadas à arte revolucionária; desenhos infantis ou artes plásticas urbanas; da arte chicano aos bordados *tzotziles*; de inspi-

rações em Diego Riviera a cartuns (SANTIAGO, 2002), histórias do presente de luta e emancipação vão sendo costuradas por resquícios de outros tempos e espaços, dando-nos pistas do empreendimento zapatista, ou índices de sua cultura anelada, mesmo quando esses elementos, à primeira vista, parecem contraditórios (RIBEIRO, 2016).

Surgindo como “elementos de interrogação” (RIBEIRO, 2016, p. 25), imagens dialéticas e dialógicas nos possibilitam vislumbrar “um mundo em que caibam todos os mundos”⁸.

Considerações Finais

Fruto das “[...] comunidades [chiapanecas] y sus contradicciones como autonomías, las teologías índias y negras en relación a las [teologías] de la liberación y de la Iglesia, las guerrillas con sus particularidades y diversidades en la lucha” e de pressões nacionais e internacionais pela expansão da reprodução do capital (MATAMOROS, 2008, p. 30), podemos situar o zapatismo como uma das experiências originais que constituem o socialismo latino-americano na virada para o século XXI. Conforme defendido por Mariátegui: “não por imitação ou cópia dos modelos (supra) históricos erigidos em solo europeu”, mas pelo resultado de uma criação original, que se constrói sob as bases dos “elementos de socialismo prático” (QUERIDO, 2011, p. 45), envolvidos nas comunidades indígenas e nos seus encontros com outras cosmovisões e experiências de emancipação.

As expressões infocomunicacionais e artísticas nos caracóis zapatistas, saídas desses encontros, são, portanto, “espaços importantes da luta social, política e cultural entre as classes”. Isto é, “objetos de disputa” (QUERIDO, 2011, p. 45) que, ao ultrapassarem as armas e investirem em recursos narrativos e estéticos, não deixam de contribuir para contrabalançar o “vetor homogeneizante do aparelho hegemônico” (SCHNEIDER, 2015, p. 93) do capitalismo neoliberal ao redor do mundo.

Apesar das constantes interpretações reducionistas sobre os zapatistas em torno de uma postura particularista e territorializada, estudar sua práxis articulada a tantas culturas, em que simbolismo e materialidade descortinam um processo dinâmico de experimentar a realidade e de “escovar [e recontar] a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 245), faz-nos seguir apostando na estratégia vitoriosa do movimento. Nos altos de Chiapas, o universal se deslinda justamente por seu alcance infocomunicacional, político e estético, complexificando e interpretando a esfera macroeconômica, bem como a escala nacional e latina pela historicidade crítica.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.



BANCO MUNDIAL. **América Latina y el Caribe**: diez años después de la crisis de la deuda. Washington DC.: Oficina Regional de América Latina y el Caribe, diciembre, 1993.

BASTIDA, M. L. **Los armados de la palabra**: análisis comunicativo de la autonomía zapatista. 2015. Tese (Doutorado) - Departamento de Lengua Española y Linguística General, Universidad de Murcia, Murcia, 2015.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *In*: LIMA SOBRINHO, B. *et al.* **Em Defesa do Interesse Nacional**: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BENJAMIM, W. **Obras escolhidas, magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRAGA, J. C. S.; CINTRA, M. A. M. Finanças dolarizadas e capital Financeiro: exasperação sob comando americano. *In*: FIORI, J. L. **O Poder Americano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

DEMUNER, D. **O movimento zapatista e a solidariedade de classe transnacional**: uma análise da luta de classes na globalização. 2017. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

EIQUEIQ, A. De Chiapas a Palestina, arte sin fronteras. **Des Informémons**, 2019. Disponível em: <https://desinformememos.org/chiapas-palestina-arte-sin-fronteras/>. Acesso em: 2 mar. 2019.

EZLN. Ao Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o neoliberalismo. **Nodo50**, Chiapas, México, 1996. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/agp/05primeirointercontinental.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.

EZLN. Etcetera. **Nodo50**, Chiapas, México, 2015. Disponível em: <http://rin-conzapatistazac.blogspot.com/2015/06/buenas-noches-va-tardar-porque-hemos.html>. Acesso em: 5 jul. 2019.

FERREIRA, J. H. Os Hegelianos, Marx e o Romantismo Alemão: a herança estética na crítica à fragmentação da vida moderna. **Estudos de Sociologia**, Recife, 2017, v. 1, n. 23, p. 87-130.

FIORI, J. L. A sonolência da razão. **Revista Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 19, 1992.

FIORI, J. L. **O Poder Americano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.



HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.

HILSENBECK FILHO, A. **Abaixo e à esquerda**: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional. 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

HIJAR, C. Zapatistas, lucha en La significación. Apuntes. **Discurso Visual. Segunda Época. Revista Digital - Cendiap**, n. 9, 2007. Disponível em: <http://discursovisual.net/dvweb09/agora/agohijar.htm>. Acesso em: 16 dez. 2021.

LENIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2008.

LOWY, M. Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2005.

MARQUES, L. A. G. **Democracia, Justiça, Liberdade**: lições da Escuelita Zapatista. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires; CLACSO, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1875-1858: esboços da crítica econômica política. - São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

MESZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MATAMOROS, F. Zapatismo, reflexión teórica y subjetividades emergentes: revisitando el Seminario. *In*: HOLLOWAY, J.; MATAMOROS, F.; TISCHLER, S. (orgs.). **Zapatismo, reflexión teórica e subjetividades emergentes**. Buenos Aires: Herramientas, 2008.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 2009. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2009.

PORTELLA FILHO, P. Plano Brady: da retórica à realidade. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55-105, jan./abr. 1994.

QUERIDO, F. Afinidades eletivas: EZLN e MST na contramão da história do progresso dos vencedores. **Revista Espaço Acadêmico**, [S.l.], n. 119, 2011.



RAMIREZ, G. M. Nosotros no queremos un cambio de nombres. Entrevista-do: Subcomandante Marcos. **Desinformemonos**, México, 2014. Disponível em: <https://desinformemonos.org/entrevista-marcos-completa/>. Acesso em: 14 jul. 2017.

REDE DE JUSTIÇA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS. **Cartilha - México**, [s/d]. Disponível em: <http://social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha004.htm>. Acesso em: 5 jan. 2022.

REYNOSO, C. A.; SÁNCHEZ, J. A. **Em busca de la libertad de los de abajo**: la demoeleuthería. México: Universidad de Guadalajara, 2015.

ROVIRA, G. El zapatismo y la red transnacional. **Razón y palabra**, [S./], v. 47, 2005.

RUBIM, A. C. *A comunicação e a política dos neo-zapatistas*. **FACOM**, 1996. Disponível em: <https://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/nezapat.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

SCHNEIDER, M. **A dialética do gosto**: informação, música e política. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2015.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. *In*: FIORI, J. L. **O Poder Americano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TAVARES, M. D. C. Império, território e dinheiro. *In*: FIORI, J. L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.